



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 76, DE 2025

(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Altera o § 2º do art. 39 e o § 1º do art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003- Estatuto do Idoso-, para aumentar o percentual mínimo de assentos nos veículos de transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbano e de vagas de estacionamento destinadas a idosos para 15% do total disponível.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
DESENVOLVIMENTO URBANO;
VIAÇÃO E TRANSPORTES;
DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº ____/2025
(Do Sr. Luiz Carlos Haully)

Altera o § 2º do art. 39 e o § 1º do art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003- Estatuto do Idoso-, para aumentar o percentual mínimo de assentos nos veículos de transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbano e de vagas de estacionamento destinadas a idosos para 15% do total disponível.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 39 e o § 1º do art. 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 39 ...

...

§ 2º. Nos veículos de transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbano de que trata este artigo, serão reservados, no mínimo, 15% (quinze por cento) dos assentos para as pessoas idosas, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para pessoas idosas.

...

Art. 41 É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de, no mínimo, 15% (quinze por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei busca adequar o Estatuto do Idoso à nova realidade demográfica brasileira, aumentando o percentual mínimo de assentos em veículos de transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbano e vagas de estacionamento destinadas a idosos para, no mínimo, 15% do total.

Essa proposta fundamenta-se em dois fatores principais: o envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de vida no país.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, a proporção de idosos na população brasileira vem crescendo significativamente nas últimas décadas.

Em 2023, a expectativa de vida ao nascer atingiu 77 anos, refletindo melhorias nas condições de vida e nos serviços de saúde. Estudos demográficos projetam que, até 2050, mais de 30% da população brasileira terá 60 anos ou mais.

Esse aumento da população idosa exige políticas públicas que garantam a inclusão e o bem-estar dessas pessoas em todos os aspectos da vida cotidiana, de modo que a reserva de vagas de estacionamento é uma medida prática e essencial para assegurar a mobilidade e o acesso dos idosos a serviços e locais de convivência.

Atualmente, o percentual de assentos e vagas reservadas a idoso é insuficiente para atender à demanda real, especialmente em regiões onde há maior concentração de pessoas nessa faixa etária.

Ao elevar o percentual mínimo para 15%, busca-se corrigir essa inadequação e garantir que os direitos dos idosos sejam efetivamente respeitados.



Assim, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que contribuirá para promover a inclusão social, a acessibilidade e a dignidade da pessoa idosa no Brasil.

Conto com o apoio dos nobres pares à presente proposição.

Sala das Sessões, janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS HAULY
DEPUTADO FEDERAL
PODE-PR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei10741-1-outubro-2003-497511-norma-pl.html
--	---

FIM DO DOCUMENTO
